

# O regionalismo e o modernismo: um campo em conflito

Fernando Cerisara Gil\*

**Resumo:** O artigo analisa as relações entre o modernismo e o regionalismo, nos anos de 1920, na literatura brasileira, entendendo-os como duas tendências que, direta ou indiretamente, disputavam a hegemonia do campo cultural e literário daquele momento. Objetiva-se caracterizar essas tendências a partir da posição de alguns de seus escritores participantes da primeira hora, bem como situar e explicitar alguns dos embates implicados em cada uma dessas posturas.

**Palavras-chave:** Regionalismo. Modernismo. Literatura brasileira de 1920.

**Abstract:** The article analyzes the relations between modernism and regionalism, in the 1920s, in Brazilian literature, understanding them as two trends that, directly or indirectly, disputed the hegemony of the cultural and literary field of that moment. The aim is to characterize these tendencies from the position of some of their writers who participated in the first hour, as well as to situate and explain some of the clashes involved in each of these stances.

**Keywords:** Regionalism. Modernism. Brazilian literature of the 1920s.

**Resumen:** El artículo analizalas relaciones entre modernismo y regionalismo, enla década de 1920, enla literatura brasileña, entendiéndolos como dos corrientes que, directa o indirectamente, se disputabanlahegemoníadel campo cultural y literario de ese momento. El objetivo es caracterizar estas tendencias desde laposición de algunos de sus escritores que participaronenlaprimera hora, así como situar y explicar algunos de losconflictos involucrados en cada una de estas posiciones.

**Palabras clave:** Regionalismo. Modernismo. Literatura brasileña de la década de 1920.

Até onde consigo identificar, a primeira definição precisa e sistemática da noção de regionalismo na literatura brasileira foi dada por José Veríssimo, no ensaio *Literatura regional*, publicado em 1912. A formulação do crítico paraense, naquela altura, sinalizava que a ideia de literatura regional se punha como fenômeno e questão ao debate literário e cultural, a partir de então. Além disso, note-se que a posição defendida a respeito do

---

\* Professor do Departamento de Literatura e Linguística da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador do CNPq. <https://orcid.org/0000-0002-4062-194X> / E-mail: [fcgil61@gmail.com](mailto:fcgil61@gmail.com).



regionalismo fez escola na crítica e historiografia brasileira. Não que o artigo de Veríssimo seja referido com frequência, ao contrário, ele passa batido por aqueles que lidam com o tema<sup>1</sup>.

No entanto, a sua visão sobre o regionalismo já está marcada por aquele olhar depreciativo que caracterizará o modo de compreensão do fenômeno. Estão lá presentes os termos que vão se tornar rotineiros na abordagem sobre o regionalismo: a ideia do pitoresco e a dominância do descritivismo como recurso à criação da “ilusão da cor local” e do “caráter local”; a idealização romanesca, que traz “para a nossa literatura os preconceitos românticos europeus”; a falta de conhecimento e de afinidade dos nossos escritores com o assunto; a artificialidade da linguagem, com dominância da “retórica”, em detrimento da espontaneidade, ingenuidade e singeleza da linguagem (VERÍSSIMO, 1977, p. 83, 84 e 86).

Doze anos antes do comentário de José Veríssimo, Alcides Maya escrevia o ensaio *O Rio Grande mental*, em que se queixava e criticava o tratamento cultural e literário dado ao Rio Grande do Sul pelo resto do Brasil. Segundo o escritor gaúcho, o estado sulino, “no Brasil, para os brasileiros, é uma espécie de atraso e barbarismo”. Não bastasse isso, “nas classificações literárias de poetas e escritores nacionais os rio-grandenses são excluídos por sistema ou ignorância. Quando algum aparece, tratam-no sempre com insultuosa superioridade” (MAYA, 1979, p. 20). Para desfazer a visão equívoca, Maya passa a limpo a importância histórica do estado “em prol da causa

---

<sup>1</sup> Num rápido levantamento, até onde consegui constatar, nenhum desses autores que estudam o regionalismo fazem referência ao ensaio de José Veríssimo: Lúcia Miguel Pereira (*Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: INL 1978); Antonio Candido (*Formação da literatura brasileira*. 10 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006); José Aderaldo Castello (*José Lins do Rêgo: modernismo e regionalismo*. São Paulo: Edart, 1961); Flávio Loureiro Chaves (*Simões Lopes Neto: regionalismo e literatura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, e o ensaio “Roteiro para ler o regionalismo”, em *Matéria e invenção: ensaios de literatura*, Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994); Lígia C. Moraes Leite (*Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Ática, 1978, e os ensaios “Velha praga? Regionalismo literário brasileiro”, em *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial da América Latina/Campinas: Unicamp, 1994, v. 2, e “Regionalismo(s) e Regionalidades(s): trajetória de uma pesquisadora brasileira no diálogo com pesquisadores europeus e convite a novas aventuras”, em *Regionalismus – regionalismos: subsídios para um novo debate*. [Orgs. João Claudio Arendt e Gerson Roberto Neumann], Caxias do Sul: Educs, 2013); José Maurício Gomes de Almeida (*A tradição regionalista no romance brasileiro: 1857-1945*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981); Luís Augusto Fischer (os ensaios “Uma reflexão sobre a formação regional”, em *Regionalismo, modernização e crítica social na literatura brasileira*. [Orgs. Humberto H. Araújo e Irenísia Oliveira], São Paulo: Nankin, 2010, e “A formação vista desde o sertão”, em *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 18, São Paulo, 2011).

política brasileira” em razão dos vários conflitos militares que garantiram a manutenção da integridade nacional, bem como reivindica o reconhecimento cultural e literário do estado em nome de uma tradição já estabilizada e sua atualização ao debate contemporâneo. A equação formulada pelo autor de *Ruínas vivas*, que é também um programa, é sintomática das primeiras duas décadas do século XX: “Ao federalismo político, definitivamente triunfante, corresponda o federalismo literário. Evitemos o centralismo das letras. O Brasil não pode ser, em estética, uma dependência da Capital Federal” (MAYA, 1979, p. 21).

A relação entre federalismo político e literário também vem à tona com o escritor pernambucano Moraes Coutinho, quando examina o problema em um artigo de 1924. Quase vinte e cinco anos depois do texto do escritor gaúcho e com a experiência política republicana com anos a mais de estrada rodada, o mentor do programa do Centro Regionalista do Nordeste, e figura que fez o discurso de abertura do 1º Congresso Regional do Nordeste (AZEVEDO, 1984, p. 135), examina a experiência republicana com lentes mais críticas e cautelosas, sem, no entanto, abrir mão da noção de federalismo. Neste sentido, no artigo *Pernambuco e o regionalismo nordestino*, o ponto de vista de Moraes Coutinho toma uma dupla orientação sobre o assunto. Reconhece, num primeiro instante, que o que chama de “federalismo centrífugo” não tem confirmado as mais modestas promessas. Esse é compreendido como um domínio “artificial, mera fórmula administrativa, refratária à realidade”. Um federalismo de fachada, que “fragmenta, dissocia, desvirtua e individualiza”, sem base histórica e geográfica. Mais do que tudo, “resultou necessariamente nesse irritante fenômeno de hegemonia alternativa, em que dois Estados mais influentes se revezam, de quadriênio em quadriênio, na direção do país”. Na contraposição a esse federalismo ultrapassado, Moraes Coutinho propugna o “federalismo centrípeto”<sup>2</sup>. Nele, “a verdadeira unidade nacional será a dos interesses,

---

<sup>2</sup> Vale destacar que a compreensão da formação histórica do Brasil como uma sociedade configurada por forças centrífugas e centrípetas começou a ter vigência nos anos de 1920. O seu principal formulador foi Oliveira Viana, que, em 1920, lançava o seu *Populações meridionais do Brasil*, em que afirma: “Daí esse conflito interessantíssimo, que assistimos, durante todo o período colonial, entre o espírito peninsular e o novo meio, isto é, entre a velha tendência europeia, de caráter visivelmente centrípeto, e a nova tendência americana, de caráter visivelmente centrífugo: a primeira atraindo as classes superiores da colônia para as cidades e os seus encantos; a segunda, impelindo essas mesmas classes para o campo e seu rude isolamento” (OLIVEIRA VIANA, 1973, p. 33, vol. 1).

sentimentos e ideias entre regiões brasileiras autônomas e convergentes”. O “federalismo regionalista”, que será “a fórmula da unidade nacional”, se baseia tanto na unidade geográfica, étnica e econômica, já presente no Nordeste, quanto – e sobretudo – na sua unidade espiritual-político, social e estética, “a mais alta expressão do movimento regionalista” (COUTINHO, 1984, p. 209, 210 e 212).

Meses depois do artigo de Moraes Coutinho, o seu companheiro do Centro Regionalista do Nordeste, e expressão maior do movimento, repisa, em parte, a ideia do amigo, que está presente no título do texto: *Do bom e do mau regionalismo*. Gilberto Freyre sustenta que o “mau regionalismo” é separatista, impõe os interesses locais aos gerais e se faz sentir na política e na economia brasileira, com efeitos lamentáveis. Ao mesmo tempo, Freyre percebe o Rio de Janeiro, com suas avenidas novas e palácios cosmopolitas, como “um amontoado inexpressivo de construções”, signo de uma arte imitativa, indistinta, que não serve como modelo a Recife ou a qualquer outra cidade, pois que sacrificaria a sua personalidade própria. Apoiar-se nas palavras de Sílvio Romero para sustentar que o bom regionalismo deve “permitir a diversidade de aptidões no seu seio”, sem “a ditadura de um centro regulador de ideias” (FREYRE, 1984, p. 219).

As formulações dos diferentes escritores mencionados testemunham como o regionalismo se colocava, ao longo dos primeiros 25 anos do século XX, como assunto premente para os nossos escritores, principalmente, como não poderia deixar de ser, para aqueles localizados em estados periféricos ao eixo Rio-São Paulo. Note-se que a questão do regionalismo literário como problema histórico emerge como fator ligado, umbilicalmente, ao federalismo também político. Regionalismo e federalismo político e cultural andam de mãos dadas e enformam a consciência histórica, política e cultural dos nossos escritores e intelectuais do período. Federalismo de que ainda tinha de ser expurgado, na visão dos nossos autores, os seus elementos artificiais, fragmentários, fórmula administrativa em que se impunha a hegemonia de dois estados que se revezavam no governo do país. O “federalismo reformado” seria a condição mesma para a unidade nacional – uma vez que o caráter disruptivo do país surgia como ameaça histórica aos corações e mentes dos letrados e intelectuais pós-republicanos pelas mais variadas razões. O bom federalismo, o “federalismo reformado”, se basearia numa espécie de unidade na diversidade, ou ainda nas palavras de um dos seus formuladores:

“Cuido que as diferenciações regionais, harmonizadas, serão no Brasil a condição para uma pátria interdependente na suficiência econômica e moral do seu todo” (FREYRE, 1984, p. 219).

Sublinhe-se, portanto, que a percepção de que o país é diverso cultural e literariamente começa a se esboçar nos anos de 1870, com escritores como Franklin Távora, mas o conceito de regionalismo para ser engendrado necessitou de um quadro complexo de fatores históricos, políticos, econômicos, culturais e literários a fim de se tornar uma noção que cumpre ao menos duas funções e abrange esferas diversas do pensamento e da prática: o regionalismo se traduziu em uma ideia, num só momento, programática e explicativa, concernentes ao campo histórico, político, cultural e literário. Estes vários aspectos, como se pôde observar, emergem muitas vezes juntos e misturados no pensamento dos escritores.

De outra parte, em que pesem as diferenças e especificidades programáticas desses regionalismos, talvez seja possível identificar ao menos uma constante geral que os caracteriza e os constitui. O seu traço central pode ser definido por uma espécie de entrecruzamento temporal que resulta do pensamento, do desejo e da ação dos seus formuladores de presentificar o passado, ou certo tipo de tradição cultural e literária que tem relevância e pertinência para o presente moderno ou modernizado. O investimento variado, não articulado, mas simultâneo, que ocorreu ao longo das primeiras duas décadas e meia do século XX por intelectuais e escritores “provinciais”, foi bem caracterizado pelo crítico Ángel Rama como decorrência do que denominou de conflito modernizador, no qual a relação entre permanência e mudança se coloca no centro do problema do regionalismo. Estudando as formações culturais regionais da América Latina, e com olhar atendo, inclusive, à brasileira, o crítico uruguaio faz uma observação esclarecedora para o problema:

Embora pareça paradoxal, é verdade que a reativação do problema do regionalismo na América Latina foi consequência da modernização que começou a penetrar em zonas afastadas, imobilizadas, ou em decadência depois de um dos habituais *boom and bust* da economia continental. Embora isso não possa continuar em sua detalhada progressão econômica, há dois índices confiáveis que são considerados no estrito campo intelectual: um é a reação defensiva nas áreas internas em relação às capitais ou às cidades dinâmicas do país, o que só pode ser explicado pela agressão a seus valores tradicionais vinda

desses centros, como foi percebido pelos habitantes da região; o outro é concomitante e deriva dessa reação defensiva, pois não teria sido possível sem a existência de um grupo intelectual com consideráveis níveis de preparação, capaz de aceitar o desafio e opor-se a ele, começando um debate no mesmo plano (RAMA, 2001, p. 291, grifo do autor).

Entre os vários exemplos, Rama (2001, p. 292) faz referência ao Primeiro Congresso Regionalista do Recife como indicativo do “desenvolvimento de forças autônomas capazes de fazer oposição à dominação das cidades dinâmicas ou de seus legitimadores estrangeiros”. Não se trata, como se disse, de tendências separatistas, mas de grupos de “pesquisadores, artistas e escritores que reivindicam a localidade e se opõem à indiscriminada submissão que lhes é exigida” (RAMA, 2001, p. 292), no caso brasileiro, expressa pela centralidade, ainda que diferenciada, do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

No complemento oposto, formando e tensionando o campo cultural e literário da época, temos o grupo de escritores e artistas direta e explicitamente ligados às cidades mais dinâmicas do país e aos projetos de modernização em curso e em debate. É neste leito que se situa o modernismo brasileiro. E nele, como se sabe, Mário de Andrade ocupa posição central. Em período muito próximo das manifestações dos “escritores do Nordeste”, Mário de Andrade propugnava, com não pouca convicção e euforia, no final do ano de 1925, em entrevista, a força da vitória do modernismo ao proclamar que, “de todas as tentativas de modernização artística do mundo, talvez a que achou melhor solução para si mesma foi a brasileira” (ANDRADE, 1983, p. 17). O autor de *Macunaíma* estava muito consciente e convicto de que se tratava de um processo de modernização do campo literário e intelectual, o qual pressupõe a “psicologia do revoltado”. Essa consistiu na revolta contra o que parou e, nessas circunstâncias, importa destruir e, aí, os exageros são até úteis. No caso, se trata de destruir para depois construir, percurso esse que o escritor paulista reconhece mais difícil (ANDRADE, 1983, p. 17).

O conteúdo específico dessa construção revoltosa teria como premissa dar “uma realidade eficiente e um valor humano para a nossa construção” (ANDRADE, 1983, p. 18). De modo mais detalhado, Mário de Andrade (1983, p. 18) sustenta:

Ora o maior problema atual do Brasil consiste no acomodamento da nossa sensibilidade nacional com a realidade brasileira, realidade que não é só feita

de ambiente físico e dos enxertos de civilização que grelam nele, porém comportando também a nossa função histórica para conosco e social para com a humanidade. Nós só seremos deveras uma Raça o dia em que nos tradicionalizarmos integralmente e só seremos uma nação quando enriquecermos a humanidade com um contingente original e nacional de cultura. O Modernismo brasileiro está ajudando a conquista desse [...].

A atitude de “nos tradicionalizarmos” consiste em fazer do “passado guaçu e bonito”, que pesa em nossos gestos, algo que conte no plano da consciência, para tanto é necessário sistematizá-lo para o que importa: referi-lo ao presente (costumes, língua, nosso destino e nosso passado) (ANDRADE, 1983, p. 19).

A necessidade de “nos tradicionalizarmos” é bem distinta, para Mário de Andrade, da ideia de “tradição” oriunda das demandas regionalistas. Ele explicita essa sua posição três anos a seguir, no artigo *Regionalismo*. Em tom bastante enfático e combativo, destaca o elemento regional com presença constante e nefasta na arte brasileira, mesmo na moderna, carecendo “acabar com isso logo” (ANDRADE, 1928). Mário vincula o regionalismo ao nacionalismo fracassado, posto se tratar de uma imposição de norma estética. O nacionalismo somente é legítimo quando “inconsciente de si mesmo”. A sua argumentação sugere bater diretamente de frente com os termos e a visão dos autores provinciais, vistos acima, ao afirmar que regionalismo em arte e em política jamais significou senso efetivo da realidade nacional. Note-se que, se Alcides Maya reconhecia, no início do século XX, a existência do federalismo político propugnando a necessidade da criação análoga de um “federalismo literário”, Mário opõe-se de maneira radical a essa postura, nesse momento. Para ele, regionalismo é “uma pobreza mais ou menos consciente de expressão, se observando e se organizando numa determinada e mesquinha maneira de agir e de criar” (ANDRADE, 1928, n/p). Mais: “[...] é pobreza que vem da escassez dos meios de expressão, da curteza das concepções, curteza da visão social, caipirismo e saudosismo. Comadrismo que não sai do beco e, o que é pior: se contenta com o beco” (n/p). Retrocesso à consciência da nacionalidade, ao conspurcá-la e depauperá-la, o regionalismo é praga antinacional a ser eliminada. Ainda que em tom mais enfurecido e combativo, não há como não ver na posição do “papa do futurismo” o mesmo mal-estar presente na primeira definição de regionalismo formulada por José Veríssimo, em 1912.

Numa trilha próxima a Mário de Andrade, mas, ao mesmo tempo, diferente, corre a visão de Oswald de Andrade sobre o modernismo, naquele mesmo calor da hora. Como Mário, Oswald de Andrade não tinha dúvida de que o modernismo era um processo de modernização geral e irrestrito do campo intelectual e literário do país. A sua euforia para o novo horizonte tecnológico que o capitalismo do entreguerras descortinava casa-se, em 1924, com o seu sentimento de otimismo não menos eufórico com o “triunfo das novas ideias”. O triunfo dessas “é tão indiscutível como triunfo do telefone, do avião, do automóvel. Há aliás toda uma correspondência viva e direta entre as artes e o nosso tempo tão diverso dos tempos idos” (ANDRADE, 1990, p. 20).

Se o tom triunfalista era traço marcante do modernismo em 1924, isso não quer dizer que ainda não houvesse dúvida, um ano depois, sobre a dimensão nacional alcançada pelo movimento. O autor de *Memórias sentimentais de João Miramar* reconhece que, depois da Grande Guerra, tudo se renovou na Europa, sobretudo as artes e a literatura, “entanto, é no Brasil que o Modernismo se acha ainda indeciso” (ANDRADE, 1990, p. 38). Esta percepção, porém, sugere ter se alterado em 1928, quando Oswald parece ver o modernismo como movimento hegemônico e já com dimensão nacional:

A geração brasileira de intelectuais que encabeça o movimento de renovação de modo algum está disposta a abdicar dos seus direitos adquiridos. Ela é que há de dirigir os destinos do país. Ela saberá tomar conta da política como da imprensa, da orientação social como da estética e pedagogia. É uma fatalidade. Quando começamos o movimento, éramos uma dúzia do Rio e de São Paulo. Fomos vaiados no Municipal aqui, durante a Semana de Arte Moderna. Hoje, do extremo norte ao extremo sul, quase todas as inteligências moças estão a serviço da causa determinada por nossa possante eclosão. Mais de cem escritores em Minas, no Rio Grande do Sul, no Nordeste se encaminham para a nacionalização e para as reivindicações tão ardentemente reclamadas pelos destinos do Brasil. (ANDRADE, 1990, p. 39-40).

Note-se que, aparentemente, o horizonte do “movimento de renovação” ultrapassa o âmbito literário e cultural ao apostar que a nova geração de intelectuais “há de dirigir o destino do país”, na política, na “orientação social” e na educação. Um entusiasmo e uma ambição que, naquele momento, não acompanhava o espírito do seu companheiro inicial de jornada, Mário de Andrade, que se reconhecia mais exacerbadamente individualista. A percepção de que o modernismo teria adquirido a

hegemonia do campo literário, com potencial, num certo sentido, de transbordá-lo em direção à instância de poderes mais ampla e decisiva, mais do que cifra de realidade, reflete o lugar de frente, vanguardista como se diria, do processo como um todo, vislumbrado por fração de escritores e intelectuais modernistas.

Esta posição de Oswald de Andrade, mais ardorosa e desejadamente vinculada à ponta mais avançada do processo de modernização, sugere ter desdobramento na seleção e escolha dos embates a serem travados na trincheira literária e cultural daquilo que se compreendia como processo de renovação. Para os nossos propósitos, vale destacar que, também ao contrário de Mário de Andrade, Oswald de Andrade não escolherá o regionalismo como um dos inimigos a ser combatido. Oswald parece não ter olhos para ver o pontual, o circunstancial do que pudesse significar “escassez dos meios de expressão”, “da curteza das concepções” e do saudosismo caipira do regionalismo, conforme o concebe Mário de Andrade.

Não se trata, aqui, de entrar na análise do “projeto modernizador” e modernista de Oswald de Andrade, que pauta especialmente as formulações presentes nos manifestos *Pau-Brasil* e *Antropofágico*; mas de anotar que, entre os seus ideais, como observa Benedito Nunes (1978, p. XXIII), está a conciliação entre “a cultura nativa e a cultura intelectual renovada, a floresta e a escola”. Acertado o relógio império da literatura nacional, problema é outro, diz Oswald: “ser regional e puro em sua época” (ANDRADE, 1978, p. 9). O que significa, na boa observação ainda de Bendito Nunes (1978, p. XXIII), que “a universalidade da época deixaria de ser excêntrica para tornar-se concêntrica; o mundo se regionaliza e o regional continha o universal”. Tudo indica que, ao menos em parte, a noção de regional, no pensamento de Oswald, tende a escarçar o sentido “tradicional” de regionalismo na medida em que não o compreende como o “localismo exótico”, curteza de visão social e carente de “meios expressivos”, mas procura abarcá-lo como linha de continuidade e de constituição do próprio nacional, quase que de modo indistinguível a esse.

Talvez não seja de todo equivocado dizer que o trato com o regionalismo das duas principais figuras do modernismo brasileiro estaria relacionado, entre outras coisas, com a posição e a função específicas ocupadas, por cada um deles, na dinâmica do nosso sistema literário, no período aqui em destaque. Enquanto Mário de Andrade tende à

formulação de uma visão de *dentro para fora* do nosso sistema literário e, por extensão, do país, Oswald modela a sua compreensão de *fora para dentro*. Dito de outro modo, o autor do manifesto *Pau-Brasil* sugere estar mais propenso aos “influxos externos”, como diria Machado de Assis, uma vez que sua inserção social e intelectual está mais próxima e mais afeita ao circuito e ao trânsito do “mercado internacional de ideais”, constituído no próprio bojo do mercado mundial capitalista; ao passo que Mário circunscreve o seu pensamento literário predominantemente nas fronteiras, sobretudo nacionais. Fala-se aqui em linhas de determinação formativas dominantes do pensamento literário de cada um deles: a predominância do localismo de um e do cosmopolitismo de outro, para fazermos uso dos termos de Antonio Candido (1976), resultará em tratamento diferenciado diante da matéria regional.

As tensões e conflitos entre regionalismo e modernismo nascem, como se observou de passagem, da dinâmica de um mesmo processo social e cultural, também ele não menos contraditório e conflituado. Nem as ondas variadas do que se pode chamar de formações regionais deixaram de ser constituídas pelo fluxo de modernização que se estabeleceu nas primeiras três décadas do século XX, nos limites de uma modernização periférica ao mesmo tempo nacional e regional, nem os “centros dinâmicos” do capitalismo periférico deixaram de se a ver com o “tradicional”, o “arcaico”, o “decadente” do sistema sociocultural. A configuração social e material do modernismo é determinada por cidades e centros dinâmicos com ligação direta e estreita com a economia, o mercado e o comércio mundiais, ou seja, com laços estreitos com o capitalismo central em planos diversos. Cada uma a seu modo, São Paulo e Rio de Janeiro, compõem esse quadro complexo, a despeito do processo hegemônico que São Paulo busca ter, desde antes da Semana de Arte de 1922, para se ter um marco histórico e literário, e que se consolida nos períodos seguintes.

Já o regionalismo está relacionado a zonas que tiveram em algum momento, no passado mais próximo ou mais distante, algum laço como o mercado mundial e que, passado o *boom* de desenvolvimento mais articulado com o centro externo do capitalismo, se consolidaram como espaços de influência política, econômica e cultural regionais (Recife, Belém, Salvador), ou que se consolidaram como espaços regionais influenciados por outras ordens de fatores como, por exemplo, o processo de

“militarização” ao longo do tempo (Rio Grande do Sul) ou pela relação determinante com a formação de um mercado interno “nacional” de produção e circulação de mercadorias (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará). Ao longo desse processo variado e dessemelhante entre as partes e, ao mesmo tempo, com combinações e articulações de interesses também não menos variados e diferentes entre elas, formaram-se elites políticas e econômicas, mas também, para voltar à observação de Ángel Rama, e para o que interessa para o nosso ponto de vista, formaram-se grupos de escritores, intelectuais e artistas aparelhados para a formulação de certas demandas “locais” específicas, direta ou indiretamente avessas aos centros culturais e literários dominantes e hegemônicos.

O embate entre regionalismo e modernismo está no centro de um capítulo do “conflito modernizador” (RAMA, 2001, p. 317) no âmbito do nosso processo literário. Se esse conflito é elemento estruturante de nossa formação histórica, social e literária e faz presença até hoje no andamento e no ritmo de nossa vida social, o capítulo particular do confronto entre regionalismo e modernismo, nos termos apresentados neste pequeno estudo, esgotou as suas energias nos anos trinta do século XX. De modo muito rápido e esquemático, o arrefecimento das polêmicas e do debate entre o “nacional local” e o “nacional cosmopolita/universal” se deveu, entre outras razões, pelo papel centralizador e unificador que o Estado brasileiro voltou a assumir com a Revolução de 30, bem como, em consequência desse novo quadro político-institucional do país, pelo reposicionamento dos agentes sociais no quadro dos aparelhos hegemônicos estatais.

Antonio Candido (1987, p. 181) anota que o movimento de outubro foi um eixo e um catalisador: “um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa nova configuração”. A dispersão e o caráter centrífugo que caracterizaram as disputas políticas, culturais e literárias, na República Velha, se realinhariam e redimensionariam, agora, em direções e sentidos outros. O marco histórico desta nova configuração, deste realinhamento, foi o fato de que ele “gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escala da Nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões” (CANDIDO, 1987, p. 181-182). A este aspecto integrador, o crítico associaria “o surgimento de condições para realizar, difundir e normalizar uma série de aspirações, inovações e pressentimentos gerados” no momento anterior (CANDIDO, 1987, p. 182). No bojo desse processo integrador

(“generalização”) e de rotinização (“normalização”), houve não somente “a aceitação consciente ou inconsciente das inovações formais e temáticas” do modernismo, como ainda “o alargamento das ‘literaturas regionais’ à escala nacional”<sup>3</sup> (CANDIDO, 1987, p. 185).

No mesmo passo, mais do que do regionalismo, os anos 30 e 40 serão momentos de reavaliação do próprio modernismo em razão do papel de relevância e centralidade que os escritores e parte da crítica, direta e indiretamente envolvidos com o movimento, propunham lhe atribuir. É neste contexto que surgirão, por um lado, artigos de balanços avaliativos e (auto)críticos de “dentro” do modernismo, como os reflexivos e ponderados *A elegia de abril* (1941) e *O movimento modernista* (1942), de Mário de Andrade, ou aqueles que denunciam o autoengano que teriam representado algumas percepções e posições do modernismo, como o radicalmente corrosivo prefácio de *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade<sup>4</sup>, e, por outro, os comentários e depoimentos de escritores “de fora” dele, com visões ainda tensionadas pelo que o modernismo teria significado<sup>5</sup>. Mas isso já é assunto para outro ensaio.

---

<sup>3</sup> Ao modalizar os argumentos deste ensaio de Antonio Candido para os propósitos deste estudo, estamos desconsiderando outros fatores importantes elencados pelo crítico para o exame do contexto, bem como, e sobretudo, a ideia que embasa a visão de Antonio Candido sobre os anos 30, segundo a qual se trataria da “consolidação da vitória do modernismo” e sua rotinização na vida cultural e literária nacional. Discusso essa que extrapola os objetivos deste artigo.

<sup>4</sup> Oswald de Andrade se antecipa, com o prefácio de 1933, às posições de muitos escritores críticos ao modernismo, ao expor a avaliação que faz de sua própria posição no modernismo: “O mal foi eu ter medido o meu avanço sobre o cabresto metrificado e nacionalista de duas remotas alimárias – Bilac e Coelho Neto. O erro ter corrido na mesma pista inexistente”. Sem falar, ainda, na autocrítica que esboça de sua posição de classe ao se perceber como “um palhaço de classe” (ANDRADE, 1991, p. 37-38).

<sup>5</sup> Ainda que de passagem, vale destacar os comentários ácidos que alguns escritores “de fora” externaram sobre o modernismo, como é o caso de Graciliano Ramos e Dyonélio Machado. Perguntado, em 1948, sobre qual a impressão que lhe havia ficado do modernismo, Graciliano Ramos responde: “Muito ruim. Sempre achei aquilo uma tapeação desonesta. Salvo raríssimas exceções, os modernistas brasileiros eram uns cabotinos. Enquanto outros procuravam estudar alguma coisa, ver, sentir, eles importavam Marinetti”. Adiante, prossegue: “Os modernistas brasileiros, confundindo o ambiente literário do país com a Academia [Brasileira de Letras], traçaram linhas divisórias rígidas (mas arbitrarias) entre o bom e o mau. E, querendo destruir tudo que ficara para trás, condenaram, por ignorância ou safadeza, muita coisa que merecia ser salva. Vendo em Coelho Neto a encarnação da literatura brasileira – o que é um erro – fingiram esquecer tudo quanto havia antes, e nessa condenação maciça cometeram injustiças tremendas”. (RAMOS, 2014, p. 193). O escritor gaúcho Dyonélio Machado, em tom menos cáustico, mas com ideias próximas às de Graciliano Ramos, sustenta, em apontamentos sem data: “Não tenho a menor ideia de haver contraído qualquer relacionamento (estético ou seja o que for) com o movimento modernista. Posso assegurar, se ele acaso influenciou a literatura gaúcha da época, foi coisa que me passou inteiramente despercebida”. E prossegue quase que nos mesmos termos do autor de *Vida secas*, só que fazendo referência para além dos atores diretos ligados ao modernismo: “Interessante o papel que a historiografia literária de hoje atribui ao movimento modernista. A julgar pelo que me toca, sem uma base séria. A meu

## Referências

ANDRADE, Mário de. Regionalismo. **Diário Nacional**, 14 de fevereiro de 1928.

ANDRADE, Mário de. Assim falou o papa do Futurismo. In: LOPEZ, Telê Ancona (org.). **Entrevistas e depoimentos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto da poesia pau-brasil. In: ANDRADE, Oswald de. **Do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ANDRADE, Oswald de. A questão estética do momento. In: BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). **Os dentes do dragão**. 2 ed. São Paulo: Globo/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

ANDRADE, Oswald de. **Serafim Ponte Grande**. 2. ed. São Paulo: Globo/ Secretaria de Estado da Cultura, 1991.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1984.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. In: CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

---

ver isso denota pouco ou nenhum conhecimento do que se estava fazendo em literatura no Brasil, na faixa que abrange o fim do século XIX e o começo do atual. Dá-me a impressão de que nega-se o que existira e que a nossa literatura só começou a existir a partir do movimento modernista. E, uma vez isso estabelecido, toca a engrenar no modernismo tudo o quanto vier a aparecer, porque só ele é verdadeiro. De minha parte não poderia fazê-lo, porque até hoje não sei bem o que foi a revolução modernista. Dialetrar mais a língua? Valorizar muito a cacologia? Isso entre nós sobejava. Por ser fácil e ao alcance de qualquer pessoa” (MACHADO, 1995, p. 31).

COUTINHO, Alfredo Moraes de. Pernambuco e o regionalismo nordestino. *In*: AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1984.

FREYRE, Gilberto. Do bom e do mau regionalismo. *In*: AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1984.

GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.). **Dyonélio Machado: O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista**. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

MAYA, Alcides. O Rio Grande mental. *In*: CHAVES, Flávio Loureiro (org.). **O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

NUNES, Benedito. Antropofagia ao alcance de todos. *In* ANDRADE, Oswald de. **Do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

RAMA, Ángel. Regiões, culturas e literaturas. *In*: AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (org.). **Ángel Rama: Literatura e cultura na América Latina**. Tradução de Rachel La Corte dos Santos e Elza Gasparotto. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

SALLA, Thiago Mio; LEBENSZTAYN, Ieda (org.). **Conversas: Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

VERÍSSIMO, José. Literatura regional. *In*: BARBOSA, João Alexandre (org.). **José Veríssimo: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977.

**Recebido em 30/05/2022.**

**Aprovado em 21/07/2022.**